

IMPLEMENTAÇÃO DAS SALAS ESTUDIOTECA E BIBLIOTECA E O PROGRAMA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS, SP

Verginia Soares Alonso¹
Renata Barrocas²

RESUMO

O presente artigo tem como propósito apresentar o processo que envolveu a implementação das salas Estudioteca e Biblioteca que atendem o Ensino Fundamental II na rede de ensino de Santos, cidade localizada no litoral do estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionário, com questões abertas e fechadas, a três grupos de sujeitos. O primeiro grupo, composto por gestores da Seduc, o segundo grupo, por coordenadores pedagógicos, e o terceiro grupo composto por catorze professores resultando em uma análise de dados quantitativos e qualitativos. A implementação das salas Estudioteca e Biblioteca, e dos recursos tecnológicos nelas existentes, aconteceu por intermédio do Programa Justiça Restaurativa em parceria com o Instituto Tellus e a empresa privada Valor da Logística Integrada. Conclui-se que o fazer pedagógico de coordenadores e professores das unidades contempladas se fará produtivo em virtude de formações continuadas e propostas didáticas que invistam no uso do equipamento e inovem as metodologias das aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Estudioteca. Biblioteca. Justiça Restaurativa. Prefeitura Municipal de Santos.

IMPLEMENTATION OF THE ESTUDIOTECA AND LIBRARY ROOMS THAT ATTEND ELEMENTARY SCHOOL II IN THE TEACHING NETWORK OF SANTOS, SP

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the process that involved the implementation of the Estudioteca and Library rooms that attend Elementary School II in the teaching network of Santos, a city located on the coast of the state of São Paulo. The methodology used was the application of a questionnaire with open and closed questions to three groups of subjects. The first group, made up of Seduc managers, the second group, pedagogical coordinators, and the third group composed of fourteen teachers, resulting in an analysis of quantitative and qualitative data. The implementation of the Estudioteca and Library rooms and the technological resources in them took place through the Restorative Justice Program in partnership with the Tellus Institute and the private company Valor da Logística Integrada. It is concluded that the pedagogical work of coordinators and teachers of the units covered will be

¹ Possui Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). E-mail: verginiaalonso@hotmail.com

² Professora Doutora do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). E-mail: renata.barrocas@unimes.br

productive due to continued training and didactic proposals that invest in the use of equipment and innovate the methodologies of classes.

KEYWORDS: Estudioteca. Library. Restorative Justice. Santos City Hall.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados da dissertação de Mestrado intitulada “A Utilização das Novas Tecnologias e Aplicabilidade das Metodologias Ativas nas Salas Estudioteca e Biblioteca na Rede municipal de Ensino de Santos, SP”, defendida junto ao Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental da UNIMES. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida com o propósito de investigar o processo de implementação e a disponibilidade dos recursos tecnológicos destas salas a partir do ano de 2018. Mesmo no contexto da pandemia da SARS-Cov 19, a Prefeitura Municipal de Santos (PMS) manteve as instalações em toda a rede de ensino municipal que atende o Ensino Fundamental I, II e Educação Infantil, totalizando sessenta e quatro unidades que se beneficiaram com as salas em 2021. As vinte e duas creches existentes na rede não receberam a implementação das salas Estudioteca e Biblioteca.

O enfoque dado neste artigo é a relação do Programa de Justiça Restaurativa desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Santos e a implementação das duas salas que disponibilizam seus recursos tecnológicos para a elaboração e o desenvolvimento de projetos e aulas nas unidades de ensino. Em 2018, nove unidades de ensino Fundamental II da foram contempladas com a implementação por meio de parceria com a empresa privada Valor da Logística Integrada – VLI Multimodal S.A., e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em conjunto com o Programa Justiça Restaurativa. Segundo o Portal da Justiça Restaurativa, disponível no site da Prefeitura Municipal de Santos (2020): “A justiça restaurativa é um método de solução de conflitos que estimula a pessoa à responsabilização consigo mesma, com o outro (a vítima, no caso) e com a família e comunidade.”

A implementação das salas Estudioteca e Biblioteca aconteceu, a priori, em

nove escolas-piloto, selecionadas a partir do maior número de alunos e segmentos de ensino, em sua maioria as escolas de Ensino Fundamental II.

Consideramos relevante a descrição do processo de instalação destas salas que favorecem a aquisição de informação via equipamentos modernos e acesso à internet nas escolas. A partir de um projeto que atende alunos de vários setores do município de Santos, desenvolvemos uma dissertação com o propósito de fomentar a pesquisa nas escolas e apresentar metodologias que favoreçam, sobretudo, a formação continuada dos docentes da rede municipal de ensino para desenvolverem projetos que integrem o uso destas salas.

O Programa Justiça Restaurativa e a Implementação das salas Estudioteca e Biblioteca

O Programa Justiça Restaurativa (PJR) atende pessoas que necessitam de cuidados sociais e de saúde, encaminhando-as aos serviços especializados disponíveis nas redes de atendimento da cidade de Santos. Nas unidades municipais de Educação, o PJR realiza os círculos restaurativos, com equipe multiprofissional atendendo, principalmente, as escolas que apresentam maior necessidade de mediação e resolução de conflitos.

Segundo o portal da Justiça Restaurativa, o círculo restaurativo:

É um encontro circular, uma roda diagonal, que permite a participação de qualquer pessoa que esteja envolvida no conflito, direta ou indiretamente, objetivando a resolução de problemas, reparação de danos, restauração de segurança e dignidade. (JUSTIÇA RESTAURATIVA, 2021)

Na área da educação, o PJR foi essencial na implementação das salas Estudioteca e Biblioteca ao fomentar a parceria com a iniciativa privada para instalação das salas, reformulação dos espaços, layout e inserção dos equipamentos e mobiliários existentes.

A Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santos (SEDUC), gestores e professores fundamentam-se nas legislações e no Projeto de Lei Nº 9.165,

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

de 2017, que institui a Política de Inovação Educação Conectada que serve como base para garantir a implementação de infraestrutura no município.

Para demonstrar a localização geográfica das escolas-piloto apresentamos o mapa intitulado “Localização das Unidades de Ensino que possuem Estudioteca e Biblioteca”, com destaque na legenda, às oito “Escolas de Ensino Fundamental II” distribuídas pela rede de ensino municipal de Santos. Na figura 1, observamos a distribuição das Unidades Municipais de Ensino contempladas com Estudioteca e Biblioteca (2018 - 2019). A porção oeste da cidade, onde os serviços são variados e com potente especulação imobiliária, observam-se cinco unidades contempladas enquanto que na porção noroeste, considerada de grande vulnerabilidade socioambiental e econômica, apenas três escolas, em 2018, foram contempladas. Esta distribuição justifica-se pelo baixo rendimento das escolas quanto aos indicadores escolares como Prova Santos e Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP.

Figura 1 – Localização das Unidades de Ensino que possuem Estudioteca e Biblioteca



Fonte: Organizado pela autora e confeccionado por Erika Megumi Tsukada (2021)

As salas Estudioteca e Biblioteca foram implantadas com o objetivo de proporcionar autonomia aos professores em relação à utilização dos recursos tecnológicos e oferecer aos estudantes a possibilidade de desenvolverem atividades diferenciadas, relacionadas aos conteúdos pedagógicos, além de promover novas aprendizagens e competências.

Apresentamos a linha do tempo, figura 2, que fornece informações importantes acerca dos acontecimentos dos últimos anos, desde a instalação e uso das salas Estudioteca e Biblioteca.

Figura 2 – Linha do Tempo

2018 ▼	2019 ▼	2020 ▼	2021
Implementação das salas e início do uso dos recursos tecnológicos disponíveis.	Uso efetivo das salas por alguns professores.	Uso das salas até 20/03 – início da pandemia – retorno as aulas em 05/11. Salas fechadas.	Salas fechadas até julho de 2021.

Fonte: Alonso (2021)

O papel do professor é o de guia neste processo, pois, por meio de suas orientações e intervenções, os alunos podem se desenvolver e aprender interagindo de forma construtiva, harmoniosa e dialógica, como prevê a Cultura da Paz e do Diálogo, foco do Programa Justiça Restaurativa.

A Cultura da Paz e do Diálogo refere-se a um modo de agir que favorece o diálogo e a resolução de conflitos por meio da mediação, eliminando atitudes e ações violentas, de modo que se respeitem as diferentes maneiras de pensar e agir.

Segundo a organização Tellus (2020), “[...] pensando na criação de uma política pública de pacificação restaurativa com o foco na Cultura de Paz e do Diálogo”,



a Prefeitura Municipal de Santos, por meio da Secretaria de Educação, promulgou pelo Decreto nº 6.935, de 17 de outubro de 2014 a criação da “Comissão de Gestão, Implantação e Acompanhamento da “Justiça Restaurativa” no Município de Santos”. Esta comissão tem como objetivo o estudo das possibilidades para criação da proposta de implantação e acompanhamento da Justiça Restaurativa, práticas institucionais e políticas públicas do Município. A implementação das salas partiu das necessidades observadas pelo PJR.

A Portaria nº 173/2013, de 17 de outubro de 2014, instituiu e nomeou uma Comissão de Gestão para a implementação e acompanhamento do Programa Justiça Restaurativa, tornando Santos uma Cidade Educadora-Restaurativa.

Uma cidade educadora-restaurativa privilegia a resolução de conflitos por meio do diálogo, oportuniza aos estudantes momentos de interação e reflexão mediante os desafios do cotidiano, possibilitando o amadurecimento e a propagação da cultura do diálogo e da paz.

Com o propósito de colaborar junto às reflexões sobre o acesso à tecnologia, Auler (2001) acrescenta que:

O avanço tecnológico não opera por si mesmo. As mudanças acontecem porque favorecem grupos, sendo que outros oferecem resistências. Influem, no desenvolvimento tecnológico, condições econômicas, políticas e sociais, assim como organizações estatais e privadas. (AULER, 2001, p. 27)

A concepção da Estudioteca, tem por objetivo: “Potencializar a aprendizagem a partir da criação de um espaço que desenvolva as competências do século XXI e promova novas oportunidades de experimentação dos recursos digitais.” (TELLUS, 2020).

Os recursos tecnológicos disponíveis na Estudioteca são compostos por *notebooks*, equipamentos de áudio como microfones, caixas de som e fones de ouvido, câmera de vídeo e projetor. Na figura 3, observamos a imagem da estrutura e disposição da Estudioteca.

Figura 3 - Estudioteca



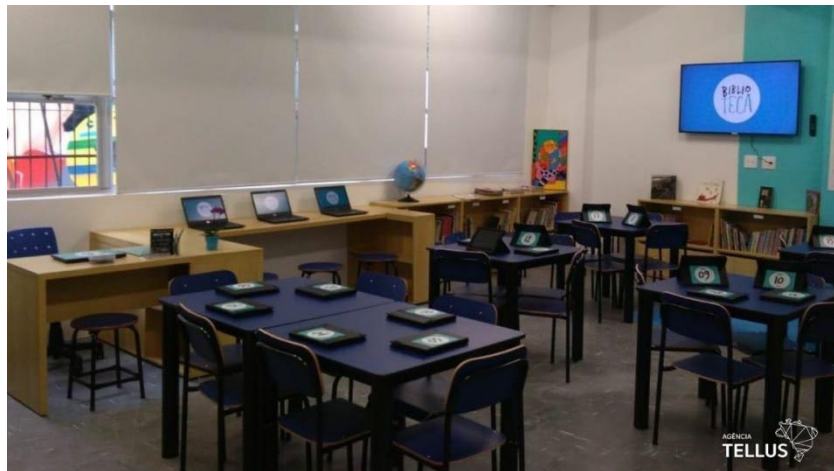
Fonte: <https://tellus.org.br/instituto/estudioteca-cocriacao-educacao-futuro/>

Acesso em: 20 de jan. 2020.

Na Figura 4, observamos a estrutura e disposição da Biblioteca. A Biblioteca tem um novo formato e se apresenta como um espaço permeado pela tecnologia, equipado com recursos tecnológicos capazes de proporcionar aos estudantes novas maneiras de pesquisar, estudar, aprender, ressignificando os conteúdos, temas e projetos a serem desenvolvidos.

A nova concepção de Biblioteca, oferecida aos alunos do Ensino Fundamental II, visa favorecer e incentivar a busca de novos conhecimentos em um ambiente que fomente o ensino.

Figura 4 - Biblioteca



Fonte: Disponível em: <https://tellus.org.br/instituto/estudioteca-cocriacao-educacao-futuro/>

Acesso em: 20 de jan. 2020.

As políticas educativas relacionadas à implementação da tecnologia nas escolas são de fundamental importância para garantir o acesso aos recursos por parte de gestores, professores e estudantes, e devem prever a formação docente para efetiva utilização desses recursos, desenvolvendo a autonomia dos professores e melhoria das aulas, potencializando o processo de aprendizagem dos estudantes.

A escola não pode ignorar o que se passa no mundo. Ora as novas tecnologias de informação e da comunicação (TIC ou NTIC) transformam espetacularmente não só nossa maneira de comunicar, mas também de trabalhar, de decidir, de pensar. (PENERROUD, 2000, p.15)

Neste sentido, temos a contribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que desde os anos de finais de 1990 apontam estratégias para o uso da tecnologia no ambiente escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1997, previam uma mudança no modo de ensino e o uso de tecnologias nas escolas, conforme segue:

[...] as novas tecnologias da comunicação e da informação permeiam o cotidiano, independente do espaço físico, e criam necessidades de vida e convivência que precisam ser analisadas no espaço escolar. A televisão, o



rádio, a informática, entre outras, fizeram com que os homens se aproximassem por imagens e sons de mundos antes inimagináveis. (PCN, 1997, p. 24)

Em meados dos anos de 1990, teve início o processo de implementação dos computadores nas escolas e ocorreu uma demanda crescente por tecnologias multimídia que contribuíssem no processo de aprendizagem dos alunos.

Os PCNs , naquela época, traziam competências a serem desenvolvidas pelos alunos, dentre elas:

Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais estão as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver (PCN, 1997, p. 33).

Pensando no contexto de políticas públicas, tecnologias e melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, temos o documento mais recente lançado na área de educação e que permeia todas as áreas do conhecimento: a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, com sua versão final homologada pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, em dezembro de 2017.

A BNCC apresenta dez competências para a Educação Básica. Para justificar e colaborar com nossa temática de pesquisa, citaremos a Competência 4 a ser desenvolvida no Ensino Fundamental, competência esta relacionada à tecnologia.

Competência 4: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 09)

Esta competência apresenta o meio digital como uma das diferentes linguagens necessárias e utilizadas como forma de comunicação. Em sequência a quinta competência está relacionada à Cultura Digital.

Competência 5: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p.

09)

Na quinta competência, a tecnologia digital surge de forma mais específica, relacionada à Internet e às interações que se estabelecem nas diversas redes sociais. As competências descritas na BNCC vêm como um todo na intenção de desenvolver um senso crítico por parte dos estudantes em relação ao uso das tecnologias, já as habilidades são pautadas em conteúdos, no entanto, é imprescindível o desenvolvimento da cultura digital e do protagonismo juvenil, por parte dos estudantes.

Outro grande avanço na área tecnológica é a utilização da Internet durante o processo de aprendizagem. Coscarelli (2016) destaca:

A internet é um meio de comunicação que tem muito a contribuir com a ampliação da participação política dos cidadãos [...] e por disponibilizar eficientes canais para fluxos de comunicação e informação em mão dupla entre cidadãos e sociedade política. (COSCARELLI, 2016, p. 99)

Disponibilizar recursos tecnológicos e Internet não basta para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma significativa, pois, segundo Moran (2013, p. 27), “O mais importante é o que a escola faz, como ela se organiza, as relações entre gestores, docentes, alunos e comunidade. Não há tecnologias avançadas que salvem maus profissionais.” A formação continuada é vital neste processo de ressignificação da Educação, do uso dos recursos tecnológicos e da Internet.

O planejamento e a organização da ação docente são primordiais ao se considerar a utilização das tecnologias. Deve-se pensar que ferramentas se quer utilizar, como fazer uso dessas, para que fim se dará o seu uso e que implicações essa utilização terá na aprendizagem dos educandos.

A Lei Nº 13.234 de 11 de janeiro de 2016, em seu Art. 1º, “dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.” Faz-se necessária a promoção de atividades de cunho científico e tecnológico no interior da escola. Logo, a escola deve se organizar para desempenhar esse papel de forma relevante.

A ação docente e a prática profissional dos gestores que atuam na área de Educação são pautadas por leis, decretos e portarias que norteiam as ações cotidianas, dentro e fora das unidades escolares. Portanto, ancorados na legislação, a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santos (SEDUC), gestores e professores baseiam-se nos projetos de lei que regem tais determinações como o Projeto de Lei Nº 9.165, de 2017 que institui a Política de Inovação Educação Conectada, anteriormente mencionado, e que merece destaque em relação ao seu Artigo 3º: equidade das condições entre as escolas públicas da educação básica para uso pedagógico da tecnologia; promoção do acesso à inovação e à tecnologia em escolas situadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e baixo desempenho em indicadores educacionais; autonomia dos professores quanto à adoção da tecnologia para a educação; estímulo ao protagonismo do aluno e acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico dos professores e dos alunos; dentre outros.

Os professores precisam ter autonomia em relação ao uso efetivo desses recursos e para isso é necessário que haja subsídios do governo, formação profissional, capacitação em serviço, para que possam consolidar saberes emergentes à prática profissional. Nóvoa (1991) afirma:

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. (NÓVOA, 1991, p.16)

A formação continuada de professores para utilização da tecnologia, como se apresenta hoje em dia, é inadiável e merece uma problematização, pois: como os professores instrumentalizarão seus estudantes se não aprenderem a lidar com tamanha diversidade de usos e recursos tecnológicos disponíveis para a prática pedagógica?

Como aporte para reflexões e busca de respostas, usou-se fundamentação teórica em Dewey (2011), ao apontar sobre os deveres docentes:

[...] é sua tarefa estar alerta para ver quais atitudes e tendências de hábito estão sendo criadas. Nesse sentido, ele deve como educador, ser capaz de avaliar quais as atitudes realmente conduzem ao crescimento contínuo e quais lhe são prejudiciais [...] (DEWEY, 2011, p.38)

Com o intuito de sustentar esta iniciativa, a Seduc baseia-se no Projeto de Lei Nº 9.165, de 2017, sobretudo em seu Artigo 2º ao discutir sobre as Políticas de Inovação Conectada:

Art. 2º - A Política de Inovação Educação Conectada visa a conjurar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar condições necessárias para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. (CAMARA MUNICIPAL, 2017)

Para Bourdier (1989), a importância do capital cultural pode se manifestar nas relações entre o nível cultural da famílias e o bom desempenho escolar dos estudantes. Neste sentido, o Programa Justiça Restaurativa propõe a diminuição das desigualdades sociais, promovendo o acesso aos recursos tecnológicos por meio de suas ações no ambiente escolar.

A implementação de espaços diferenciados na escola, não só para os alunos como também para os professores, merece especial atenção, pois como afirma Perrenoud (2002):

O desafio é ensinar, ao mesmo tempo, atitudes, hábitos, savoir-faire, métodos e posturas reflexivas. Além disso, é importante, a partir da formulação inicial, criar ambientes de análise da prática, ambientes de partilha das contribuições e da reflexão sobre a forma como se pensa, decide, comunica e reage em uma sala de aula. Também é preciso criar ambientes [...] para o profissional trabalhar sobre si mesmo, trabalhar seus medos e suas emoções, onde seja incentivado o desenvolvimento da pessoa, de sua identidade. (PERRENOUD, 2002, p. 18)

Resultados

Na Unidade Municipal de Educação – UME de Santos, objeto da pesquisa,

a implantação das salas Estudioteca e Biblioteca aconteceu no ano de 2018. Utilizamos questionários como instrumentos de medida que foram elaborados e aplicados no segundo semestre de 2020, durante a pandemia e o período de isolamento social. Os inquiridos foram orientados a responder as questões apresentadas com base no trabalho desenvolvido no ano de 2019, enquanto utilizavam as salas Estudioteca e Biblioteca. Este procedimento foi realizado após o envio e o aceite do Comitê de ética da Universidade, através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 38063320.7.0000.5509. Vale destacar que alguns professores só utilizaram as salas durante um ano.

Utilizamos como metodologia um recorte descritivo de pesquisa-ação com abordagem quanti-qualitativa para encontrarmos resultados. A escolha por essa metodologia se sustenta em Alarcão (2011, p. 52) quando destaca que “A pesquisa-ação é uma metodologia de intervenção social cientificamente apoiada e desenrola-se segundo ciclos de planificação, ação, observação, reflexão.”

Participaram da pesquisa vinte e cinco sujeitos, divididos em três grupos de participantes. O primeiro grupo foi composto por três gestoras da Seduc, responsáveis pelas seções do Programa Justiça Restaurativa, Seção de Formação Continuada e da Seção de Núcleo Tecnológico.

O segundo grupo incluiu oito coordenadores pedagógicos das unidades de Ensino Fundamental II, e do terceiro grupo fizeram parte catorze professores de Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Ensino da cidade de Santos/SP.

A metodologia utilizada foi a aplicação de questionário com questões abertas e fechadas aos três grupos de sujeitos, resultando em uma análise de dados quantitativos e qualitativos.

Ao responderem os questionários aplicados via e-mail, os gestores da Seduc, participantes da pesquisa, evidenciaram que por meio da implementação das salas Estudioteca e Biblioteca os coordenadores e professores têm:

“VII - amplo acesso aos recursos educacionais digitais de qualidade;

VIII - incentivo à formação dos professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia.” (CAMARA, 2017, Nº 1965)

A primeira gestora participou de todas as etapas da implementação das salas, pois foi por meio do Programa de Justiça Restaurativa que se deram as parcerias que fomentaram e concluíram os processos de efetivação da Estudioteca e da Biblioteca. A segunda gestora, responsável pela Seção de Formação Continuada, participou de algumas etapas de implementação e formação inicial de um grupo de professores, coordenadores e diretores de escolas, que acabou por não contemplar todas as Unidades que passaram pela primeira fase da instalação das salas. E a terceira gestora, responsável pela Seção de Núcleo Tecnológico, não participou de qualquer etapa da implementação das salas Estudioteca e Biblioteca, fato que revela ausência de articulação e diálogo entre os setores, pois deveria ser esta seção a responsável pela formação em serviço dos professores durante o período de 2018 e 2019, após a fase de implementação, anos iniciais de utilização dos recursos tecnológicos disponíveis. Pudemos compreender como foi o processo de implementação das salas Estudioteca e Biblioteca e quais os poucos atores envolvidos em suas diferentes etapas de implementação e formação.

A gestora responsável pelo Programa de Justiça Restaurativa foi a única que participou de todas as etapas do processo de implementação das salas.

Quanto à atuação dos Coordenadores Pedagógicos, retomamos a Portaria nº 17/2016, que apresenta o Regimento Escolar, Art. 16, como a primeira atribuição do Coordenador Pedagógico: “I – liderar a dinâmica do processo de aprendizagem, promovendo a interdisciplinaridade, a implantação de projetos e a utilização de todos os espaços de aprendizagem disponíveis.” Os coordenadores afirmaram que menos da metade de seus professores trabalham de forma ativa, inserindo os alunos no centro do processo. Foram investigados ao todo oito coordenadores.

Realçamos que as respostas dadas pelos coordenadores pedagógicos não evidenciam equidade, pois não são todos os professores que fazem uso dos recursos tecnológicos, inviabilizando a promoção do acesso à inovação e à tecnologia por parte dos educandos, principalmente nas escolas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica. Por consequência, há falta de acesso aos recursos pelos estudantes oriundos dessas escolas que, geralmente, apresentam baixo

desempenho em indicadores educacionais, como apresentado no mapa de cartografia das escolas.

A reflexão, por parte dos coordenadores pedagógicos, acerca dos trabalhos e projetos a serem desenvolvidos requer conhecimentos diversos acerca das práticas docentes no Ensino Fundamental II, da legislação, BNCC, Currículo Santista e, principalmente, deve existir diálogo entre os pares. A ausência de reflexão e diálogo entre gestores, coordenadores e professores implica diretamente em encaminhamentos às propostas de projetos e atividades a serem desenvolvidos, ou não, nas Unidades Escolares.

Apesar dos recursos tecnológicos estarem disponíveis desde 2019, não houve sistematização de um trabalho envolvendo as salas Estudioteca e Biblioteca. No entanto, metade dos coordenadores (oito sujeitos) afirmou que os professores usam as salas para pesquisa e projetos; três afirmaram que os professores utilizam metodologias diferenciadas, mas não registraram quais; e um deles relatou que o grupo de professores usa as salas para jogos.

Em relação à interdisciplinaridade, cinco coordenadores afirmaram que os professores trabalham de forma interdisciplinar, mas não relataram as práticas, e que somente três não trabalham assim. Os coordenadores não explicaram os motivos da ausência de trabalho interdisciplinar entre os professores.

Cabe ao Coordenador estabelecer uma rotina de estudos e atividades práticas junto ao grupo de professores, o desenvolvimento de autonomia e a formação profissional em serviço. Alarcão (2011, p. 49) acrescenta: “Os formadores de professores têm uma grande responsabilidade na ajuda ao desenvolvimento desta capacidade de pensar autônoma e sistematicamente.”

Para que a formação de professores ocorra de forma significativa, os Coordenadores devem fazer uso efetivo de suas Reuniões de Aperfeiçoamento Pedagógico – RAPs, para instrumentalizar seus professores de forma teórica e prática sobre o uso das novas tecnologias e sobre como desenvolver atividades envolvendo metodologias ativas, sistematizando o uso das salas e fomentando a ação docente com projetos interdisciplinares.

Na UME, objeto da pesquisa, verificamos por meio das respostas ao

questionário aplicado aos professores que 50% (7 sujeitos de 14) exercem o magistério há mais de vinte anos. Esses docentes vivenciaram todo o processo de implementação das novas tecnologias na Educação, fato que poderia servir de estímulo e incentivo à apropriação e ao uso das novas tecnologias e metodologias ativas, mas muitas vezes acontece o oposto: a acomodação e a resistência à oportunidade de se atualizar.

Do grupo de professores, sendo catorze participantes no total, observamos que somente dez utilizam as salas Estudioteca e Biblioteca. Percebemos que a formação precisa atender as necessidades dos professores e acontecer dentro da escola, suprimindo as necessidades da realidade vivenciada pelos docentes. Nesse contexto, a prática pedagógica deve ser intencional e trabalhada de forma coletiva.

Constatamos que 70% dos professores levam em consideração a utilização das salas Estudioteca e Biblioteca no seu planejamento, principalmente no que se refere à utilização dos notebooks e Internet para apresentação de vídeos. Este mesmo percentual também afirma que suas aulas envolvem metodologias ativas, mesmo sem saber responder a que elas correspondem. Os professores planejam as aulas, mas não consideram a interdisciplinaridade.

Em relação àqueles professores que ainda não se engajaram na utilização dos recursos tecnológicos, fomentamos a atualização necessária para atuar com os estudantes a partir da demanda imersa nas tecnologias, Internet e mídias sociais, pois não há como a escola se dissociar da realidade na qual vivem os estudantes.

Para Perrenoud (2000, p. 131), “Os professores que não quiserem envolver-se nisso disporão de informações científicas e de fontes documentais cada vez mais pobres, em relação àquelas às quais terão acesso seus colegas mais avançados.”

Observamos professores conscientes de seu papel, preocupados com as ações pedagógicas a serem desenvolvidas, preocupados em planejar, replanejar, mediante as devolutivas recebidas, e também conscientes da necessidade da realização de um trabalho interdisciplinar, mas outros realizam o mínimo, apresentando total ausência de predisposição a mudanças.

Em relação à finalidade do uso das salas, 60% dos respondentes (6 sujeitos de 10) afirmaram que está condicionada ao uso de equipamentos e pesquisa.

Se há por parte dos professores a intenção de desenvolver pesquisas nas salas Estudioteca e Biblioteca, podemos supor que há também um planejamento, uma intencionalidade conforme afirmaram 70% (7 sujeitos de 10) respondentes, inclusive quanto à escolha dos recursos tecnológicos de acordo com as propostas de trabalho que irão desenvolver.

Observamos que apenas 30% (3 sujeitos de 10) dos respondentes trabalham de forma interdisciplinar, não relacionando os aspectos de seus componentes curriculares com os de outros professores.

Porém, para desenvolver um trabalho interdisciplinar é necessário que haja uma mudança de atitude por parte dos coordenadores e professores, como ressalta Fazenda (2011, p. 162), “A interdisciplinaridade depende de uma mudança de atitude diante do problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela concepção unitária do ser humano.”

Por fim, quanto à formação da Seção de Núcleo Tecnológico, os professores apresentaram muitas expectativas e, principalmente pelo fato de que as salas foram implementadas e colocadas em uso em 2018 sem a formação em loco, fornecendo subsídios para todos os professores sentirem-se seguros a manipular os equipamentos, e não só aqueles que já estavam familiarizados com a tecnologia. A Senutec é a seção de núcleo tecnológico responsável pela formação continuada dos professores para acesso e uso dos recursos tecnológicos disponíveis nas salas Estudioteca e Biblioteca.

Em relação à atuação dos professores, percebemos que há a necessidade de um maior empenho em relação ao planejamento das aulas, levando-se em conta os recursos tecnológicos existentes nas salas e a viabilização de projetos interdisciplinares, pois trabalhar interdisciplinarmente proporciona aos estudantes aprenderem e compreenderem muito mais sobre determinados temas. Alguns professores somente relataram trabalhar com outro colega.

A interdisciplinaridade constrói-se aos pares, mas é preciso muito mais empenho, dedicação e planejamento ao longo do processo. Por isso, a atuação da

gestão e a promoção do diálogo são emergentes, assim como a disponibilidade e a pré-disposição à realização e ao fomento às propostas interdisciplinares e à apresentação e elaboração de projetos significativos aos estudantes.

As salas Estudioteca e Biblioteca foram implementadas nas oito escolas de Ensino Fundamental I, sem que houvesse por parte da Seção de Núcleo Tecnológico – Senutec, uma formação em serviço, em paralelo à chegada dos recursos tecnológicos.

Para alguns professores ainda existe a dificuldade em lidar com a tecnologia. E quando a formação teve início (acontecendo uma única vez na UME objeto da pesquisa, em março de 2020) surgiu a pandemia e o período de isolamento social, comprometendo todo o desenvolvimento do trabalho que seria realizado.

Deve-se ir além ao se utilizar os recursos tecnológicos para realização de pesquisas, produção de textos, apresentação de trabalhos, reuniões com palestrantes, intercâmbios com outras escolas, e tantas outras possibilidades de trabalho.

Finalmente, em relação à atuação dos professores, esperamos que estes estejam abertos às novas possibilidades de trabalho, que participem ativamente das reuniões e formações oferecidas pelos coordenadores e pela Senutec, como afirma Imbernón (2011):

Por isso é tão importante desenvolver uma formação na instituição educativa, uma formação no interior da escola. Como a prática educativa é pessoal e contextual, precisa de uma formação que parta de suas situações problemáticas. Na formação não há problemas genéricos para todos nem, portanto, soluções para todos; há situações problemáticas em um determinado contexto prático. Assim, o currículo de formação deve consistir no estudo de situações práticas reais que sejam problemáticas. (IMBERNÓN, 2011, p. 17)

Considerações Finais

Sobre o uso das novas tecnologias percebemos sua relevância ao proporcionar inovação aos coordenadores, quanto à organização e

desenvolvimento das reuniões semanais; aos professores a possibilidade de inovar na apresentação dos temas a serem abordados; e aos estudantes a oportunidade de aprender não só por meio da leitura e da escrita, mas principalmente, da interação, da visualização de imagens dos recursos de áudio, de criação e do uso da Internet.

Percebemos que a pandemia prejudicou imensamente a continuidade dos trabalhos nas salas Estudioteca e Biblioteca, estagnou a formação em serviço dos professores e limitou severamente o acesso dos estudantes aos recursos tecnológicos, limitando seu desempenho pedagógico, tendo em vista a ausência de recursos e Internet em muitas residências.

As salas Estudioteca e Biblioteca não são suficientes por si só. É preciso que haja formação docente, que proporcione outras dinâmicas, outras possibilidades de trabalho. Só o trabalho desenvolvido na escola pode viabilizar aos estudantes a utilização dos computadores de formas diferenciadas, agregando realmente o uso da tecnologia a favor do ensino. A Prefeitura ofertou as salas, providenciou os equipamentos, mas não há formação em serviço para os professores.

As salas Estudioteca e Biblioteca representam um projeto novo na rede de ensino, essencialmente afetado pela pandemia. Os professores não tiveram tempo hábil para usar efetivamente as salas e desenvolver a alfabetização científica gerando motivação, curiosidade, construção de pensamento em rede, associação aos demais componentes curriculares, mediando o olhar dos estudantes, transformando a construção do conhecimento por área e motivando os estudantes para o pleno desenvolvimento e mudança.

O Programa de Justiça Restaurativa exerceu papel essencial na implementação das salas Estudioteca e Biblioteca oportunizando, por meio da disponibilização dos recursos tecnológicos, um grande diferencial na aprendizagem daqueles alunos que não têm acesso aos recursos em casa e, tampouco, acesso à Internet.

As formações da Senutec, seção responsável por instrumentalizar os professores para o uso efetivo das tecnologias, previstas para acontecer a partir do segundo semestre de 2021, deverão compreender o aprimoramento das aulas e a condução de atividades significativas aos educandos, utilizando os recursos

tecnológicos disponíveis nas salas Estudioteca e Biblioteca. Não só por serem espaços diferenciados, mas por permitirem a pesquisa, a criação e, a autoria, ao longo do processo de aprendizagem e construção.

Referências

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v. 8).

AULER, D; DELIZOICOV, D. **Alfabetização Científico-tecnológico para quê?** Ver. Ensaio – Belo Horizonte – v. 03, n. 02, p. 122 – 134, jul-dez, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/epec/v3n2/1983-2117-epec-3-02-00122.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 9.165 de 2017** Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AC4D3E73DECCF990455F75C5354A4E89.proposicoesWebExterno2?codteor=1675485&filename=Avulso+-PL+9165/2017>. Acesso em 25 nov. 2021

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em 25 de nov. 2021

_____. MEC - Política de Educação Conectada. Disponível em: <http://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre> Acesso em: 05 nov. 2021.

COSCARELLI, C. V. **Tecnologias para Aprender**. – 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2016. 192 p. ; 23 cm.

DEWEY, J. **Experiência e Educação**. Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança**. 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Profissão Docente**. 1991. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf>. Acesso em 15 jun. 2021



Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira. MEC/SEF, 1997.

PERRENOUD, P. **A Prática Reflexiva no Ofício do Professor:** profissionalização e razão pedagógica. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

_____. **Dez Novas Competências para ensinar.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PORTAL JUSTIÇA RESTAURATIVA. **O que é um círculo restaurativo?**. Disponível em: <http://www.justicarestaurativa.com.br/portal/index.php/o-que-e-justica-restaurativa/o-que-e-um-circulo-restaurativo> . Acesso em: 22 nov. 2021

SANTOS, Portal Justiça Restaurativa. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/justica-restaurativa> Acesso em 15 jun. 2021.

TELLUS, Instituto. Disponível em: <https://tellus.org.br/conteudos/artigos/estudioteca-cocriacao-educacao-futuro/> Acesso em: 10 nov. 2021.

Recebido dezembro de 2021

Aceito setembro de 2022.